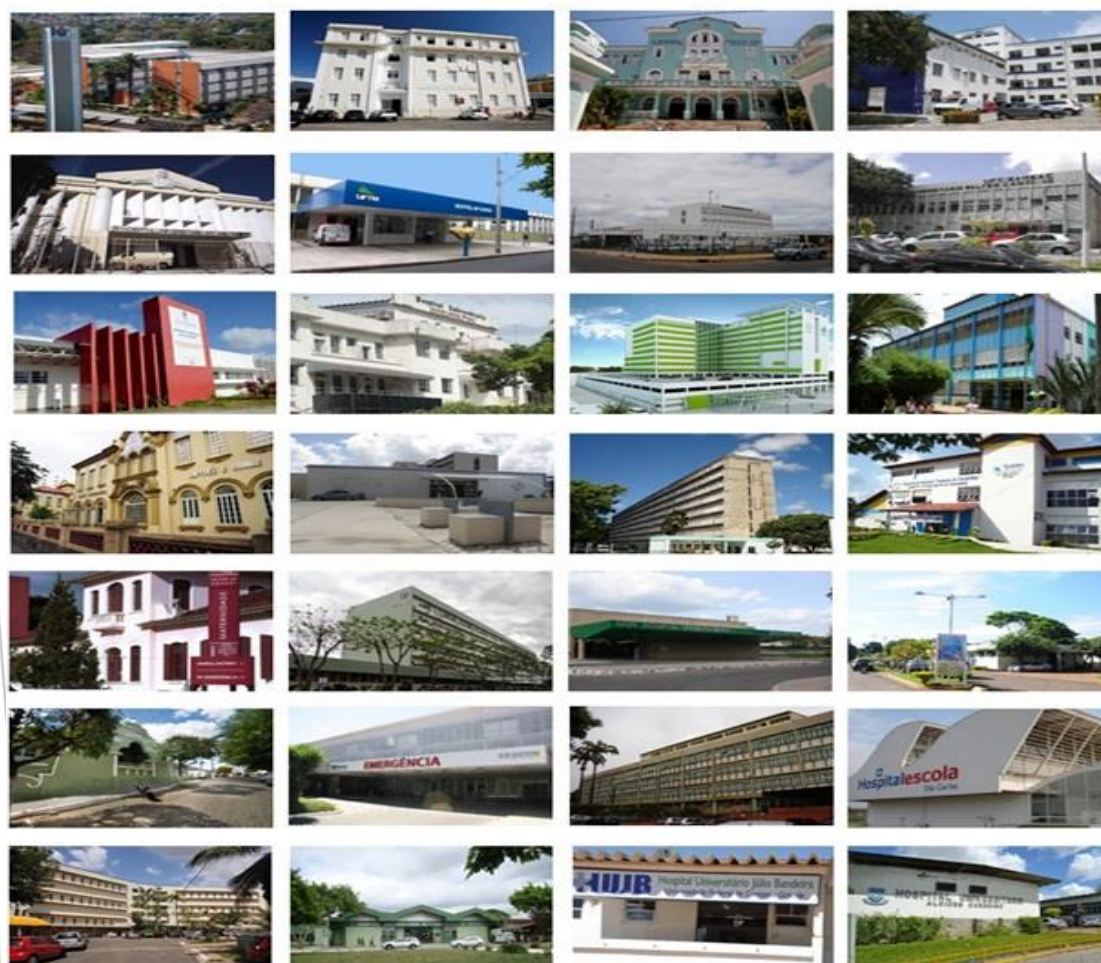


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS INTERMEDIÁRIAS

3º TRIMESTRE DE 2022



Mensagem da Diretoria Executiva	4
I. Balanço Patrimonial Intermediário (BP).....	6
II. Demonstração Intermediária do Resultado.....	7
III. Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa (DFC)	8
IV. Demonstração Intermediária do Valor Adicionado (DVA)	9
V. Demonstração Intermediária do Resultado Abrangente)	10
VI. Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	10
VI. Notas Explicativas (NE)	11
Nota a) – Contexto Operacional	11
Nota b) – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	13
Nota c) - Principais práticas contábeis.....	13
Nota d) – Reclassificação na Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa (DFC).....	16
1. Ativo	17
1.1 Ativo Circulante	17
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
1.1.2 Valores a Curto Prazo – SUS	17
1.1.3 Subvenções a Receber	18
1.1.4 Adiantamentos e Créditos a Receber	18
1.1.5 Estoques	20
1.2 Ativo Não Circulante	21
1.2.1 Valores a Longo Prazo - SUS	22
1.2.2 Depósitos Judiciais	22
1.2.3 Imobilizado	22
1.2.3.1 Bens móveis.....	23
1.2.3.2 Bens Imóveis	24
1.2.3.3 Depreciação e Amortização do imobilizado.....	24
1.2.4 Impairment de ativos não financeiros	25
1.2.5 Intangível	25
1.2.5.1 Contrato de Arrendamento.....	26
2. Passivo.....	26
2.1 Passivo Circulante.....	26
2.1.1 Obrigações Trabalhistas a Pagar.....	27
2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	28
2.1.3 Retenções de Impostos, Contribuições e Outras Retenções	28
2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo	29
2.1.5 Subvenções a Realizar	31
2.2 Contratos de Arrendamento a Pagar – Longo Prazo	31
2.3 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis.....	32
2.4 Patrimônio Líquido.....	33
2.4.1 Capital Social.....	34
2.4.2 Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital -AFAC	34
2.4.3 Prejuízos Acumulados	34
3. Demonstração do Resultado.....	35
3.1 Receita Bruta de Serviços.....	35
3.1.1 Receita de Serviços e Exploração.....	36
3.2 Custos dos Serviços Prestados	36
3.3 Despesas Operacionais.....	36
3.3.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	36
3.3.2 Remuneração a Pessoal	37
3.3.3 Encargos Patronais	37
3.3.4 Benefícios a Pessoal.....	37
3.3.5 Outras Despesas com Pessoal e Encargos	37
3.3.6 Uso de Material de Consumo	38

3.3.7	Serviços Tomados.....	38
3.3.8	Depreciação, Amortização e <i>Impairment</i>	39
3.3.9	Perdas Involuntárias e Desfazimentos	40
3.3.10	Contingências Para Riscos Fiscais.....	41
3.3.11	Despesas Tributárias.....	41
3.3.12	Outras Despesas Operacionais.....	41
3.3.14	Despesas Financeiras	42
3.3.15	Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional.....	43
3.3.16	Subvenção do Tesouro Nacional.....	43
3.3.17	Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	43
3.3.18	Resultado do Período	43
3.3.19	Ativo Fiscal Diferido	44
4.	Transações com Partes Relacionadas.....	44
5.	Informações Complementares	45
6.	Conciliação Conforme Acórdão nº 2016/2006 – TCU.....	45
6.1	Considerações às Demonstrações Contábeis – Leis nos 6.404/1976 e 4.320/1964.....	45
6.2	Considerações relacionadas ao Ativo	46
6.3	Considerações relacionadas ao Passivo Circulante.....	47
6.4	Considerações relacionadas ao Passivo Não Circulante.....	47
6.5	Considerações relacionadas ao Patrimônio Líquido.....	48

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, conforme inciso XIV, do art. 11 do Regimento Interno da EBSERH, aprovado na 49ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 10 de maio de 2016, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras Intermediárias e Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no período findo em 30 de setembro de 2022.

Com o objetivo de atender o disposto no item XIV do art. 11 do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, as Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária.¹

Nesse sentido, a EBSERH tem por competência exercer o disposto no art. 4º, da Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2016, a saber:

“I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

¹ Art. 3º, a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.”

Seguindo as premissas legais, foram definidos o propósito e a visão da Empresa. O propósito da EBSERH é ensinar para transformar o cuidar. Como visão, é ser referência nacional no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação no campo da saúde, na assistência pública humanizada e de qualidade em média e alta complexidade, e na gestão hospitalar, atuando de forma integrada com a Universidade e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde.

Assim, as Demonstrações Financeiras Intermediárias consideram as características de constituição da EBSERH e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar, sendo seus registros contábeis de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

I. Balanço Patrimonial Intermediário (BP)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Balanço Patrimonial Consolidado
30 de Setembro de 2022

Em reais

ATIVO	NOTA	30.09.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	1.1	1.768.628.147,16	1.347.106.009,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1.1	827.460.073,17	885.657.238,94
Valores a Curto Prazo - SUS	1.1.2	7.225.058,12	4.759.346,75
Subvenção de Custeio SUS a Receber	1.1.3	384.566.821,72	0,00
Adiantamentos e Créditos a Receber	1.1.4	174.885.668,15	41.885.310,21
Estoques	1.1.5	374.490.526,00	414.804.113,24
NÃO CIRCULANTE	1.2	805.567.490,30	703.760.365,92
Valores a Longo Prazo - SUS	1.2.1	9.348.999,35	9.148.070,59
Depósitos Judiciais	1.2.2	18.906.559,61	20.014.167,16
Imobilizado	1.2.3	697.630.835,64	537.676.315,82
Bens Móveis	1.2.3.1	746.073.147,11	599.223.984,51
Depreciação Bens Móveis	1.2.3.3	(164.921.071,27)	(130.063.016,56)
Redução a Valor Recup. De Imobilizado	1.2.4	(5.992.920,05)	(6.060.015,72)
Bens Imóveis	1.2.3.2	123.113.467,75	74.954.251,83
Depreciação Bens Imóveis	1.2.4	(641.787,90)	(378.888,24)
Intangível	1.2.5	79.681.095,70	136.921.812,35
Direito de uso de Bens	1.2.5	42.722.746,50	99.222.614,19
Softwares	1.2.5	58.247.678,84	54.634.975,10
Amortização Bens Intangíveis	1.2.5	(18.634.900,64)	(14.255.260,53)
Redução a Valor Recup. De Intangível	1.2.5	(2.654.429,00)	(2.680.516,41)
TOTAL DO ATIVO		2.574.195.637,46	2.050.866.375,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Balanço Patrimonial Consolidado
30 de Setembro de 2022

Em reais

PASSIVO	NOTA	30.09.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	2.1	2.407.095.877,86	1.789.027.555,70
Obrigações Trabalhistas a Pagar	2.1.1	1.050.178.439,89	733.784.198,83
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.1.2	96.545.574,14	58.479.165,65
Retenções de Impostos, Contribuições	2.1.3	34.540.825,85	37.005.261,62
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	2.1.4	55.302.206,41	70.087.014,03
Subvenção a Realizar	2.1.5	1.170.528.831,57	889.671.915,57
NÃO CIRCULANTE		297.796.417,51	313.081.823,45
Contratos de Arrendamento a Pagar	2.2	18.910.169,65	54.240.754,13
Contingência para Indenizações Trabalhistas	2.3	243.132.661,69	225.268.752,13
Contingência para Indenizações Cíveis	2.3	35.753.586,17	33.572.317,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.4	(130.696.657,91)	(51.243.004,09)
Capital Social Realizado	2.4.1	681.560.045,66	562.503.264,72
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	2.4.2	176.613.618,36	133.905.374,31
Prejuízos Acumulados	2.4.3	(988.870.321,93)	(747.651.643,12)
TOTAL DO PASSIVO		2.574.195.637,46	2.050.866.375,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

II. Demonstração Intermediária do Resultado
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Demonstração do Resultado

30 de Setembro de 2022

Em reais

DESCRIÇÃO	Nota	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receita Bruta	3.1	27.242.325,41	78.931.970,01	35.645.855,32	99.206.690,40
Receita com Serviços		27.242.325,41	78.931.970,01	35.645.855,32	99.206.690,40
Receita de Serviços e Exploração	3.1.1	27.242.325,41	78.931.970,01	35.645.855,32	99.206.690,40
Despesas Operacionais	3.3	(2.201.428.540,89)	(6.533.171.982,28)	(2.095.766.637,68)	(6.213.972.003,49)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	3.3.1	(1.454.920.677,57)	(4.447.252.014,23)	(1.438.233.155,13)	(4.349.318.518,30)
Remuneração a Pessoal	3.3.2	(1.044.542.915,03)	(3.047.579.516,97)	(1.016.216.434,16)	(3.103.017.668,22)
Encargos Patronais	3.3.3	(322.832.332,33)	(1.087.439.456,48)	(324.164.623,12)	(972.741.447,38)
Benefícios a Pessoal	3.3.4	(82.993.740,47)	(249.230.320,52)	(86.625.080,89)	(252.616.991,91)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	3.3.5	(4.551.689,74)	(63.002.720,26)	(11.227.016,96)	(20.942.410,79)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(700.806.007,59)	(1.969.137.172,03)	(644.650.379,99)	(1.826.962.825,51)
Uso de Material de Consumo	3.3.6	(294.926.294,20)	(862.985.392,08)	(307.119.390,30)	(872.865.696,26)
Serviços Tomados	3.3.7	(405.879.713,39)	(1.106.151.779,95)	(337.530.989,69)	(954.097.129,25)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		(30.481.341,65)	(63.035.417,91)	(11.092.081,21)	(31.985.830,41)
Depreciação, Amortização e Impairment	3.3.8	(13.332.149,44)	(40.217.333,33)	(10.758.607,03)	(30.969.330,84)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	3.3.9	(17.149.192,21)	(22.818.084,58)	(333.474,18)	(1.016.499,57)
Contingência para Riscos Fiscais	3.3.10	(12.294.452,98)	(48.600.150,02)	0,00	(1.880.677,33)
Contingência para Riscos Fiscais Trabalhistas		(7.835.727,69)	(37.995.630,05)	0,00	(1.880.677,33)
Contingência para Riscos Fiscais Cíveis		(4.458.725,29)	(10.604.519,97)	0,00	0,00
Despesas Tributárias	3.3.11	(229.612,48)	(1.744.415,01)	(148.810,12)	(956.203,54)
Impostos, Taxas e Contribuições		(229.612,48)	(1.744.415,01)	(148.810,12)	(956.203,54)
Outras Despesas Operacionais	3.3.12	(2.696.448,62)	(3.402.813,08)	(1.642.211,23)	(2.867.948,40)
Resultado Antes das Rec./Desp. Financeiras		(2.174.186.215,48)	(6.454.240.012,27)	(2.060.120.782,36)	(6.114.765.313,09)
Resultados Financeiros		413.625,33	(465.978,70)	254.910,93	742.802,80
Receitas Financeiras	3.3.13	569.256,16	1.774.083,65	393.401,36	1.050.429,59
Despesas Financeiras	3.3.14	(155.630,83)	(2.240.062,35)	(138.490,43)	(307.626,79)
Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional	3.3.15	(2.173.772.590,15)	(6.454.705.990,97)	(2.059.865.871,43)	(6.114.022.510,29)
Subvenção do Tesouro Nacional	3.3.16	2.058.696.967,26	6.209.172.272,62	2.044.016.577,58	6.020.982.206,24
Subvenção do Tesouro Nacional		1.588.937.490,99	4.904.814.645,88	1.619.240.916,83	4.773.794.909,92
Subvenção de Custeio SUS		469.759.476,27	1.304.357.626,74	424.775.660,75	1.247.187.296,32
Resultado antes da Cont. Social Sobre o Lúcro Líquido	3.3.16	(115.075.622,89)	(245.533.718,35)	(15.849.293,85)	(93.040.304,05)
Provisão Contribuição Social		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes do Imposto de Renda		(115.075.622,89)	(245.533.718,35)	(15.849.293,85)	(93.040.304,05)
Provisão para Imposto de Renda		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Período	3.3.18	(115.075.622,89)	(245.533.718,35)	(15.849.293,85)	(93.040.304,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

III. Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa (DFC)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
30 de Setembro de 2022

Em reais

DESCRIÇÃO	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		Reclassificação
Resultado do Exercício	(245.533.718,35)	(93.040.304,05)
Aumento em Ajustes de Exercícios Anteriores	4.315.039,54	(2.552.006,20)
Depreciação e Amortização	39.500.594,48	30.356.667,93
Redução a Valor Recup. De Intangível	(26.087,41)	0,00
Redução a Valor Recup. De Imobilizado	(67.095,67)	0,00
Resultado do Exercício Ajustado	(201.811.267,41)	(65.235.642,32)
Variações Patrimoniais	180.470.158,91	260.772.553,99
Aumento em Subvenção de Custeio SUS a Receber	(384.566.821,72)	(351.050.840,89)
Aumento/Redução em Valores a Curto Prazo - SUS	(2.465.711,37)	31.682.989,92
Aumento em Adiantamentos e Créditos a Receber	(133.000.357,94)	(137.429.201,53)
Redução/Aumento em Estoque	40.313.587,24	(21.940.400,15)
Aumento em Valores a Longo Prazo - SUS	(200.928,76)	(10.522.321,88)
Redução/Aumento em Depósitos Judiciais	1.107.607,55	(3.722.955,67)
Aumento em Obrigações Trabalhistas a Pagar	316.394.241,06	255.384.564,37
Aumento em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	38.066.408,49	25.250.519,94
Redução em Contratos de Arrendamento a Pagar	(35.330.584,49)	(23.705.697,77)
Redução/Aumento em Retenções de Impostos, Contribuições	(2.464.435,77)	11.795.077,70
Redução em Obrigações Transitórias a Curto Prazo	(14.784.807,62)	(16.492.563,45)
Aumento/Redução em Contingência para Indenizações Trabalhistas	17.863.909,56	(5.875.202,53)
Aumento/Redução em Contingência para Indenizações Cíveis	2.181.268,98	(1.252.149,42)
Aumento em Subvenção a Realizar	280.856.916,00	513.925.933,74
Redução/Aumento Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)	56.499.867,69	(5.275.198,39)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(21.341.108,50)	195.536.911,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição de Imobilizado	(195.008.378,52)	(126.875.319,88)
Adição de Intangível	(3.612.703,74)	(960.279,43)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(198.621.082,26)	(127.835.599,31)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	161.765.024,99	87.067.928,63
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	161.765.024,99	87.067.928,63
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(58.197.165,77)	154.769.240,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	885.657.238,94	745.556.301,52
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	827.460.073,17	900.325.542,51

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

IV. Demonstração Intermediária do Valor Adicionado (DVA)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Demonstração Valor Adicionado

30 de Setembro de 2022

Em reais

Descrição	01.01.2022	01.01.2021
	a 30.09.2022	a 30.09.2021
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	78.931.970,01	99.206.690,40
1.1 - Atividades Operacionais	78.931.970,01	99.206.690,40
1.1.1 - Receita de Serviços e Exploração	78.931.970,01	99.206.690,40
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	2.012.212.687,44	1.800.440.403,68
2.1 - Materiais de Consumo	862.985.392,08	872.865.696,26
2.2 - Energia elétrica, Água e Esgoto, Gás	108.674.766,22	95.161.308,53
2.3 - Serviços de Terceiros	1.029.948.009,17	832.413.398,89
2.4 - Contingências para Riscos Cíveis	10.604.519,97	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(1.933.280.717,43)	(1.701.233.713,28)
4 - Depreciação, Amortização, Impairment e Perdas	63.035.417,91	31.985.830,41
4.1 - Depreciação do Período	35.614.564,53	26.451.592,41
4.2 - Amortização do Período	4.597.999,37	4.517.738,43
4.3 - Redução a Valor Recuperável - Impairment	4.769,43	0,00
4.4 - Perdas Involuntárias e Desfazimentos	22.818.084,58	1.016.499,57
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(1.996.316.135,34)	(1.733.219.543,69)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	6.276.578.502,06	6.025.718.648,40
6.1 - Repasses e Cotas Financeiras	6.173.797.070,16	6.006.715.123,02
6.2 - Receitas Financeiras	1.774.083,65	1.050.429,59
6.3 - Outras	101.007.348,25	17.953.095,79
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	4.280.262.366,72	4.292.499.104,71
8 - Distribuição do Valor Adicionado	4.280.262.366,72	4.292.499.104,71
8.1 - Remuneração do Trabalho	4.490.098.144,08	4.354.287.437,08
8.1.1 - Pessoal e Diárias	3.223.077.846,03	3.196.008.545,13
8.1.2 - Encargos	1.267.020.298,05	1.158.278.891,95
8.2 - Remuneração do Governo	3.964.254,97	1.214.714,60
8.2.1 - Impostos, Taxas, Contribuições, Multas e Juros	3.964.254,97	1.214.714,60
8.2.2 - Provisão p/ Imposto de Renda	0,00	0,00
8.2.3 - Provisão p/ CSLL	0,00	0,00
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	31.733.686,02	30.037.257,08
8.3.1 - Locação	31.733.686,02	30.037.257,08
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(245.533.718,35)	(93.040.304,05)
8.4.1 Resultado do Exercício	(245.533.718,35)	(93.040.304,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

V. Demonstração Intermediária do Resultado Abrangente)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Demonstrações Intermediárias do Resultado Abrangente

Em reais

Descrição	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
1 Resultado do Exercício	(245.533.718,35)	(93.040.304,05)
2 Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00
2.1 -Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
3 Resultado Abrangente do Período	(245.533.718,35)	(93.040.304,05)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.		

VI. Demonstração Intermediária das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

30 de Setembro de 2022

Em reais

Componentes	Capital Social	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (31/12/2020)	381.384.237,75	202.658.776,91	(529.544.354,02)	54.498.660,64
Resultado do Período			(218.107.289,10)	(218.107.289,10)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		112.365.624,37		112.365.624,37
Integralização de AFAC ao Capital Social	181.119.026,97	(181.119.026,97)		-
Saldos Finais em 31/12/2021	562.503.264,72	133.905.374,31	(747.651.643,12)	(51.243.004,09)

Componentes	Capital Social	Reservas de Capital - AFAC	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
31/12/2021	562.503.264,72	133.905.374,31	(747.651.643,12)	(51.243.004,09)
Resultado do Período			(245.533.718,35)	(245.533.718,35)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		161.765.024,99		161.765.024,99
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
Integralização de AFAC ao Capital Social	119.056.780,94	(119.056.780,94)		
Ajustes de Exercícios Anteriores			4.315.039,54	4.315.039,54
Saldos Finais em 30/09/2022	681.560.045,66	176.613.618,36	(988.870.321,93)	(130.696.657,91)

VI. Notas Explicativas (NE)

Nota a) – Contexto Operacional

A EBSEERH, conforme a legislação nacional em vigor, rege-se pela Lei nº 12.550/11, e pela Lei nº 6.404/76, bem como por seu Estatuto Social, e pelas demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma Empresa estatal dependente, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto às de direito privado. Assim, para o registro e avaliação das Demonstrações Contábeis Intermediárias deve ser observada a Legislação Societária, a Legislação aplicada ao Setor Público, além da legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil. Para a adequada orientação dos trabalhos também foram observadas as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade-CFC nº 2016/NBCTSPEC - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

No contexto de avaliação das Demonstrações Contábeis Intermediárias, cumpre esclarecer que a EBSEERH é constituída nos termos da Lei nº 12.550/2011, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com capital social subscrito e integralizado exclusivamente público (100% da União), sendo integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, portanto, sujeita ao arcabouço legal, sistemas e controles postos para Administração Pública Federal.

A EBSEERH foi criada em 2011, como resposta do Governo Federal às questões e deficiências de gestão dos Hospitais Universitários Federais, apontadas nos acórdãos 1.520/2006, 2.813/2009 e 2.681/2011, do Tribunal de Contas da União – TCU. Dentre estes, constam os apontamentos relativos à necessidade de substituição dos contratos de mão de obra preconizados por servidores públicos concursados, a necessidade de reestruturação física e tecnológica, desvinculação administrativa das fundações de apoio, necessidade de adoção de controle de custos, necessidade de revisão da contratualização de serviços junto ao Sistema Único de Saúde – SUS e da adoção de soluções informatizadas de apoio à gestão.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSEERH é firmada por meio da celebração de contrato de gestão com as Universidades Federais a que estão vinculadas as unidades hospitalares. Atualmente, a EBSEERH possui contratos firmados para a gestão de 41 (quarenta e um) Hospitais Universitários Federais, de 33 (trinta e três) Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. No mapa abaixo constam identificadas as IFES que assinaram contrato com a EBSEERH para a gestão das respectivas unidades hospitalares:



A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é realizada segundo as condições firmadas em cada instrumento contratual, e no que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução de unidades hospitalares com Execução Orçamentária e Financeira.

Assinatura de Contrato de Gestão	Unidade EBSERH Com Abertura de CNPJ	Quantidade de Empregados	Exercícios Financeiros	Execução Orçamentária e Financeira
41*	39	30.045	2018	18
		32.090	2019	20
		36.732	2020	37
		38.545	2021	38
		38.057	3ºTrim.2022	39

*Foi providenciada a abertura de CNPJ para 41 unidades hospitalares com contrato de gestão com a EBSERH, sendo que, em 3 (três) casos as unidades foram reunidas em Complexos Hospitalares de Saúde, com 2 (dois) hospitais em cada complexo, por isso a redução no número de CNPJ em face ao quantitativo de unidades com

contrato. São 39 (trinta e nove) Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas – CNPJ de Hospitais Universitários – HUs filiais e o CNPJ matriz.

O processo de transição ao qual o HUF deve se submeter ao se tornar gestão EBSERH é determinado por intermédio do contrato de adesão à Rede.

Nota b) – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da EBSERH são de responsabilidade da administração, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs, aplicáveis à Contabilidade Societária) e a Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASPs, também exaradas pelo CFC.

A EBSERH como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total, realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do SIAFI, nos termos do Art. 6º da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022), que dispôs dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento, que assim estabelece:

“Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

Os registros contábeis e fiscais foram normatizados pela Norma Operacional DOF nº 03/2016 e Norma Operacional DOF 04/2016, publicadas no boletim de Serviço nº 227 de 07 de dezembro de 2016.

Nota c) - Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na EBSERH têm como base os padrões internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), implantados no Brasil pelo CPC, com a respectiva aprovação normativa pelo CFC.

Desta forma, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Empresa foram preparadas considerando o custo histórico (o valor pago pelos recursos) e a valores presente para os contratos de arrendamentos (CPC 06 R2 -

Arrendamentos) como base de valor. Os valores foram obtidos com base nos documentos extraídos do SIAFI pelas Unidades Gestoras da EBSERH.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias são mensuradas utilizando a moeda do país, ou seja, para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais. A Empresa realiza registros contábeis de acordo com as seguintes definições:

Desempenho financeiro refletido pela contabilização pelo regime de competência - O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período, conforme a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, conforme o CPC 00 (R2).

Ativo Circulante - São os bens e direitos que a Empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas: “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento – (caixa disponível)”.

Estoques - São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH. Essas unidades emitem os Relatórios Mensais de Almoxarifado – RMA, os quais são registrados no SIAFI. O Serviço de Contabilidade executa a extração dos saldos desses registros, permitindo a evidenciação dos valores no balanço consolidado.

Ativo Não Circulante - É composto pelos subgrupos: Valores a longo prazo-SUS, depósitos judiciais, bens móveis, imóveis e intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção deduzido da respectiva depreciação e amortização.

Depreciação/amortização - é calculada no SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços, utiliza o método linear, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e na Instrução Normativa RFB no 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL		Vida útil	Valor Residual
Conta	Descrição da Conta	(anos)	
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipam/utensílios méd., odonto, lab e hosp.	15	20%

12311.01.04	Aparelho e equip. p/esportes e diversões	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.07.00	Instalações	10	10%
12481.01.00	Amortização do Intangível	10	0%

Impairment de ativos não financeiros - Conforme prevê o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (NBC TG 1), por sua vez reflexo do *International Accounting Standard - IAS 36 (IFRS)* e Lei nº 11.638/2007 a administração da EBSERH deverá revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante - Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. Referem-se às obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da Empresa.

Passivo não circulante – O passivo deve ser classificado como não circulante quando a sua exigibilidade for superior ao prazo, pelo menos, ao fechamento do exercício seguinte / doze meses após a data do balanço.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos (CPC 00 (R2)). O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros - Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão mensurados a valor presente visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da Empresa. A Empresa não dispõe de ativos financeiros para venda.

O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é o Lucro Real (receitas menos despesas –, com ajustes previstos em lei).

Nota d) – Reclassificação na Demonstração Intermediária dos Fluxos de Caixa (DFC)

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
Em reais	
DESCRIÇÃO	01.01.2021 a 30.09.2021
Variações Patrimoniais	
Redução/Aumento Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	87.067.928,63
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Adição de Intangível	(6.235.477,82)

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
Em reais	
DESCRIÇÃO	01.01.2021 a 30.09.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Redução/Aumento Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)	Reclassificação (5.275.198,39)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Adição de Intangível	(960.279,43)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	87.067.928,63

Reclassificações realizadas para melhor qualificação dos grupos da Demonstração Intermediária Fluxo de Caixa. Não altera o Fluxo de Caixa apurado no Período.

1. Ativo

São os bens e direitos que a Empresa possui e são demonstrados em ordem decrescente de liquidez. O ativo da EBSERH está registrado nas contas dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

1.1 Ativo Circulante

São os bens e direitos que a Empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas: “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento”.

1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	30.09.2022	31.12.2021
CTU - Recursos da conta única aplicados	132.017.576,92	120.209.292,14
Demais contas - Caixa Econômica Federal	2.418.601,97	1.935.093,61
Limite de saque com Vinculação de Pagamento	440.361.502,20	478.234.285,70
Limite de saque c/vinc.pagto- ordem pagamento	252.662.392,08	285.278.567,49
Total	827.460.073,17	885.657.238,94

- Recursos da Conta Única Aplicados** - os valores advêm das receitas própria e de rendimentos das aplicações. O saldo a maior demonstra que no período ocorreu mais aplicações somadas aos rendimentos no período do que resgate. Para utilização, aguarda-se a disponibilização orçamentária no orçamento anual.
- Demais Contas - Caixa Econômica Federal** - representa recursos depositados por fornecedores de serviços e materiais a título de caução contratual.
- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento** - “Caixa Disponível”. Representa o recebimento de recursos no encerramento do trimestre e a existência de financeiro que aguardam o processamento da despesa orçamentária, (Custeio SUS) para posteriores pagamentos. Os recursos advêm do recebimento de parcelas SUS para aplicação na manutenção das atividades hospitalares nos períodos seguintes.
- Limite de saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento** - Refere-se a financeiro vinculado a despesa da folha de pessoal e despesas contratuais, que sairá da conta única, conforme autorização de pagamento e transferência para as contas bancárias dos empregados e fornecedores. Em síntese, trata-se de valores comprometidos com pagamentos autorizados, que aguarda a operacionalização (bancária) do saque para conta dos credores.

1.1.2 Valores a Curto Prazo – SUS

Valores a Curto Prazo - SUS	30.09.2022	31.12.2021
Faturas/duplicata a rec.- prestação serviço	7.225.058,12	4.759.346,75
Total	7.225.058,12	4.759.346,75

São valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial HC-UFMG no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde.

Observa-se uma elevação nos valores a receber junto ao Gestor SUS local (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte).

Ressalta-se que não foi apropriada Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD em razão de não haver vencimentos para os serviços pactuados, bem como tratar-se de uma relação contratual com ente da Administração Pública Direta, e ainda, por não haver subsídios necessários para criação de matriz de risco.

1.1.3 Subvenções a Receber

Subvenção a Receber	30.09.2022	31.12.2021
Subvenção a Receber	384.566.821,72	-
Total	384.566.821,72	-

A EBSEERH é Empresa pública dependente prestadora de serviço público, sendo a ela vedada a participação na exploração de atividade econômica no mercado de saúde. Os registros dos valores referentes aos recursos auferidos via contratualização com os gestores municipais de saúde, por suas unidades hospitalares, consignados na Lei de Orçamento Anual, LOA, são classificados como subvenção governamental.

Os valores representam o saldo a receber pelos serviços atestados no Sistema do DW do SUS. A base para registro está sob gestão do Serviço de Gestão Financeira, setor responsável por conciliar os valores recebidos e o saldo a receber. Em 2021 a EBSEERH recebeu todo o recurso que estava aprovado pelos serviços prestados ao SUS.

1.1.4 Adiantamentos e Créditos a Receber

Adiantamentos e Créditos à Receber de Terceiros	30.09.2022	31.12.2021
13º Salário - Adiantamento	134.432.120,21	0,00
Adiantamento de Férias	8.896.447,15	41.142.807,40
Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente	22.146.734,24	486,63
Adiantamento Concedido	273.173,72	376,00
Adiantamento a Fornecedor	7.595.000,00	-
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	47.049,93	105.406,42
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		13.166,68
Prêmios de Seguros a Apropriar	7.157,50	3.457,19
Créditos a Rec Decorrentes de Infrações Contratuais	1.040.219,64	184.771,39
Tributos Pagos a Apropriar	7.125,79	28.503,50
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	8.791,44	36.132,76
Remuneração da Conta Única a Receber	359.455,53	315.718,50
Valores a Recuperar por Devolução de Despesa	486,32	93,51
Títulos a Receber	71.906,68	54.390,23
Total	174.885.668,15	41.885.310,21

- a. **Décimo Terceiro Salário - Adiantamento** – O saldo refere-se ao adiantamento da primeira parcela do 13º salário pagos aos empregados em junho.
- b. **Adiantamento de Férias** - refere-se ao pagamento antecipada do direito de férias, isto ocorre para que se cumpra a obrigação legal, prevista art. 145 “O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período”, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- c. **Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente** – Registra o adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário no gozo de férias. O valor será restituído em duas parcelas, nas próximas folhas de pagamento.
- d. **Adiantamento Concedido** – Registra os valores disponibilizados para suprimento de fundos que tem como objetivo custear despesas de pequeno vulto ou eventuais. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira por uma forma diferente da normal, tendo como meio de pagamento o Cartão de Pagamento do Governo Federal, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/1964, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993. Em regra, o suprido deve prestar contas dos recursos de suprimento de fundos dentro do exercício financeiro. Devido a esta especificidade os saldos no início do exercício sempre serão maiores que o saldo de encerramento.
- e. **Adiantamento a Fornecedor** - Registra os adiantamentos efetuados pela entidade a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais ou investimentos que serão incorporados aos estoques ou ao patrimônio quando de seu efetivo recebimento.
- f. **Prêmios de Seguros, Assinatura e Anuidades a Apropriar, Tributos Pagos a Apropriar, Serviços Pagos Antecipadamente e Outras Despesa Pagas Antecipadas** - são valores a apropriar decorrente dos pagamentos antecipados que serão realizados em meses subsequentes.
- g. **Créditos a receber decorrente de infração** – São créditos decorrentes de infração contratual relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados; receitas a receber referente a exploração de espaço público aguardando o recebimento por GRU e despesas anuladas que carecem de ser restituídas à EBSERH.
- h. **Remuneração da Conta Única a Receber** - Registra os rendimentos positivos a receber com origem em aplicações de financeiro da conta única.

- i. **Valores a receber por Devolução de Despesa** - Registra os valores a receber decorrentes de despesas estornadas.
- j. **Títulos a receber** - Compreende os valores a receber a curto prazo representados por notas promissórias, letras de câmbio e outros.

1.1.5 Estoques

Estoques	30.09.2022	31.12.2021
Mercadorias para Doação em Trânsito	39.768,73	71.781,75
Materiais de Consumo em trânsito	40.736,18	0,00
Materiais de Consumo	374.409.079,57	413.047.576,66
Material de Consumo - Estoque Interno	941,52	580,37
Material de consumo - Estoque Armazem de Terceiros	-	1.684.174,46
Total	374.490.526,00	414.804.113,24

- a) **Material de Consumo em Trânsito/Mercadoria para Doação em Trânsito** – Trata-se de transferência de materiais de consumo entre unidades integrantes da administração direta ou indireta (empresa dependente). Aguardam os trâmites administrativos de recebimento e classificação na conta de material de consumo específica.
- b) **Material de Consumo** – Compreende o montante consolidado de estoque de material de almoxarifado de toda rede EBSERH, 39 (trinta e nove) unidades hospitalares mais a Sede Administrativa, destinados ao atendimento do consumo interno das unidades.
- c) **Material de Consumo - Estoque Interno** – Registra o valor de material de consumo reservado em estoque interno para distribuição/uso na unidade.
- d) **Material de Consumo – Estoque em Armazém de Terceiros para Distribuição** – registra os valores relativos a aquisições e ou transferências de materiais de consumo para a formação de estoque, mantido em armazém de terceiros, destinado a distribuição.

Veja abaixo o detalhamento do estoque de material de consumo:

Material de Consumo - Natureza da Despesa Detalhada	30.09.2022	31.12.2021
Combustíveis E Lubrificantes Automotivos	18.048,44	218.065,40
Combustíveis E Lubrif. P/ Outras Finalidades	242.868,94	16.570,08
Gás E Outros Materiais Engarrafados	236.652,48	168.905,94
Gêneros De Alimentação	2.996.119,89	3.380.355,27
Material Farmacológico	168.108.903,72	176.759.613,54
Material Odontológico	757.960,13	653.572,22
Material Químico	12.883.476,66	9.935.278,92
Material De Coudelaria Ou De Uso Zootécnico	2.308,49	-
Material Educativo E Esportivo	20.393,31	20.468,26
Material De Expediente	3.637.077,00	3.796.974,43
Material De Tic - Material De Consumo	1.577.618,02	6.052.700,21
Material De Acondicionamento E Embalagem	3.709.260,21	3.737.901,35
Material De Cama, Mesa E Banho	1.283.635,00	1.424.994,28
Material De Copa E Cozinha	1.155.697,39	1.147.131,77
Material De Limpeza E Prod. De Higienização	3.393.520,69	4.520.365,65
Uniformes, Tecidos E Aviamentos	1.774.249,91	1.647.774,59
Material P/ Manut.De Bens Imóveis/Instalações	2.918.341,32	3.797.628,91
Material P/ Manutenção De Bens Móveis	7.824.941,57	7.431.073,98
Material Elétrico E Eletrônico	2.243.662,59	2.690.788,20
Material De Proteção E Segurança	5.942.131,02	8.506.984,59
Material P/ Áudio, Vídeo e Foto	383.344,65	599.893,80
Material Para Comunicações	50.107,14	17.746,95
Sementes, Mudas De Plantas e Insumos	599,76	238,00
Material Laboratorial	10.939.424,01	8.353.098,01
Material Hospitalar	131.811.172,88	165.229.819,92
Sobressalentes De Armamento	-	10.200,00
Material P/ Manutenção De Veículos	31.145,29	27.201,04
Material Biológico	295.406,35	199.101,30
Material P/ Utilização em Grafica	1.373,31	1.258,80
Ferramentas	65.201,25	85.553,34
Material P/ Reabilitação Profissional	3.801.838,32	2.179.438,41
Material De Sinalização Visual E Outros	129.309,91	115.987,99
Bens Móveis Não Ativáveis	2.817,99	10.390,88
Bandeiras, Flâmulas E Insígnias	67.277,56	792,56
Discotecas e Fimotecas Não Imobilizável	159,67	-
Material Para Divulgação	263,69	263,69
Variação Cambial Negativa	476.097,46	-
Outros Materiais De Consumo	5.665.583,88	2.065.400,59
Explosivos E Munições	941,52	580,37
Total	374.449.789,82	414.804.113,24

1.2 Ativo Não Circulante

É composto pelos subgrupos: Valores a longo prazo SUS, depósitos judiciais, bens móveis, imóveis e intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção deduzido da respectiva depreciação e amortização.

1.2.1 Valores a Longo Prazo - SUS

Valores a Longo Prazo - SUS	30.09.2022	31.12.2021
Faturas/duplicata a rec. - prestação de serviço	9.348.999,35	9.148.070,59

São valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial HC-UFMG no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde.

Ressalta-se que não foi apropriada Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD em razão de não haver vencimentos para os serviços pactuados, bem como tratar-se de uma relação contratual com ente da Administração Pública Direta, e ainda, por não haver subsídios necessários para criação de matriz de risco.

1.2.2 Depósitos Judiciais

São valores referentes aos depósitos judiciais nas unidades da EBSERH, em virtude de processos judiciais em andamento. A “conta” Depósitos Judiciais para Interposição de Recurso refere-se a valores depositados para fins de apresentação de recurso após decisão judicial.

Depósitos Judiciais	30.09.2022	31.12.2021
Depósitos Efetuados P/ Interposição de Recurso	18.906.559,61	20.014.167,16

1.2.3 Imobilizado

São os bens móveis e imóveis destinados ao uso da Empresa e que geram valor social e benefícios econômico futuros (CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado é avaliado pelo custo histórico, deduzido da respectiva conta de depreciação/amortização e Redução a Valor Recuperável.

Representa investimento para manutenção dos serviços de saúde prestados à população no âmbito do SUS. São investimento em aparelhos, equipamentos, máquinas e utensílios médico/odontológico/hospitalar, máquinas de ar-condicionado, geradores de energia elétrica, servidores de internet, ferramentas e mobiliário em geral.

Os bens não localizados foram agregados na conta específica após a Comissão de Inventário apontar a diferença nos relatórios de controle interno. Está em curso, pela Coordenadoria de Administração da Diretoria de Administração e Infraestrutura, a localização desses bens e para posterior reclassificação em conta contábil específica ou a baixa devido a não localização.

Importante informar que, mesmo havendo previsão contratual de cessão de uso, por prazo indeterminado, até o encerramento do exercício, não foi efetivada, contabilmente, nenhuma cessão à EBSERH dos bens móveis

e imóveis pertencentes às Universidades. Está em curso processos de análise para orientar o recebimento e registro contábil da cessão.

Apresentamos o detalhamento do imobilizado da EBSERH, bem móveis, imóveis e as contas de depreciação amortização e *impairment*:

1.2.3.1 Bens móveis

Bens Móveis	30.09.2022	Entradas	Baixas	31.12.2021
Aparelhos de medição e orientação	2.000.930,71	480.404,28	100.973,61	1.621.500,04
Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.731.459,33	238.025,50	458.299,18	4.951.733,01
Equipam/utensílios médicos, odontológico	468.019.545,47	118.068.353,93	23.306.411,33	373.257.602,87
Aparelho e equipamento p/esportes	667.401,81	489.317,19	356.332,80	534.417,42
Equipamento de proteção, segurança	3.577.234,96	787.395,45	118.977,26	2.908.816,77
Maquinas e equipamentos industriais	447.120,26	49.873,48	1.600,96	398.847,74
Maquinas e equipamentos energético	12.213.318,68	6.067.155,38	946.536,19	7.092.699,49
Maquinas e equipamentos gráficos	21.935,39	10.007,00	6.887,00	18.815,39
Maquinas, ferramentas e utensílios	446.926,67	8.795,26	792,41	438.923,82
Equipamentos, peças e acessórios	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Maquinas e utensílios agropecuário	1.818,96	0,00	0,00	1.818,96
Maquinas e equipamenos - Construc	200.950,00	0,00	0,00	200.950,00
Equipamentos hidráulicos e eletricos	384.948,78	111.326,65	6.352,60	279.974,73
Maquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	98.359,77	0,00	890,00	99.249,77
Maquinas, utensílios e equipamento	7.044.248,83	2.424.558,37	336.334,03	4.956.024,49
Outras maquinas, equipamentos e ferramentas	2.983,33	0,00	0,00	2.983,33
Equip de tecnologia da infor e comunicação	164.767.974,21	35.535.859,14	7.601.099,36	136.833.214,43
Aparelhos e utensílios domésticos	21.554.456,40	4.015.498,76	755.830,07	18.294.787,71
Maquinas e utensílios de escritórios	132.144,68	16.264,00	15.270,15	131.150,83
Mobiliário em geral	35.463.004,92	7.957.135,19	1.515.900,09	29.021.769,82
Coleções e materiais bibliográfico	141.816,74	3.316,97	89,00	138.588,77
Instrumentos Musicais	790,00	0,00	0,00	790,00
Equipamentos para áudio, vídeo e fotos	6.237.529,61	1.573.209,82	157.653,00	4.821.972,79
Obras de arte e peças para exposição	1.940,00	1.640,00	0,00	300,00
Veículos em geral	425.754,55	62.682,12	635,00	363.707,43
Veículos de tração mecânica	3.396.945,46	193.867,96	222.696,20	3.425.773,70
Adiantamentos para inversões em bens Móveis	7.259.358,34	2.681.689,94	90.980,00	4.668.648,40
Estoque Interno	5.555.029,47	61.548.750,10	56.657.651,36	663.930,73
Estoque para Distribuição	-	1.843.991,16	4.623.112,86	2.779.121,70
Pecas não incorporáveis a imóveis	1.270.219,78	1.245,20	39.895,79	1.308.870,37
Total	746.073.147,11	244.170.362,85	97.321.200,25	599.223.984,51

Ao analisar os bens móveis percebe-se maior relevância nos grupos de equipamentos, utensílios médicos odontológicos; equipamento de tecnológica da informação e comunicação; aparelhos e utensílios domésticos; e mobiliário em geral. Observa-se o constante investimento na capacidade da atividade fim e modernização da Empresa. No geral os bens móveis tiveram uma variação positiva de 25% no período de nove meses. O crescimento demonstra a aplicação de recurso de investimento no período.

1.2.3.2 Bens Imóveis

Bens Imóveis	30.09.2022	Entradas	Baixas	31.12.2021
Obras em andamento	47.426.214,12	45.938.929,90	22.522.839,33	24.010.123,55
Instalações	8.206.242,48	4.474.008,00	3.522.762,38	7.254.996,86
Benfeitorias em propriedade de terceiros	67.481.011,15	28.218.542,58	4.426.662,85	43.689.131,42
Total	123.113.467,75	78.631.480,48	30.472.264,56	74.954.251,83

- a) Obras em andamento – Registra os valores com construções em andamento nos Hospitais Universitários. As baixas referem-se a reclassificações para a conta de Benfeitorias em Propriedade de Terceiros.
- b) Instalações - Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.
- c) Benfeitorias em Propriedade de Terceiro - Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades Hospitalares. As benfeitorias em andamentos estão ou serão reclassificadas para a conta de Obras em Andamento. Já as Obras concluídas estão ou serão classificadas para a conta de Benfeitorias em propriedade de Terceiros. Cabe informar que, os imóveis em que as unidades hospitalares estão instaladas são de propriedade das Universidades Federais. Por esta razão, entendemos que o investimento é em propriedade de terceiros, conforme NBC TG 27.

O grupo de bens imóveis apresentou uma variação positiva na ordem 64% no período de nove meses. A variação demonstra a política de investimento em melhoria das estruturas existentes e a construção de novos espaços. Nota-se uma tendência de investimento na melhoria dos bens imóveis da rede de Hospitais Universitários com adesão à gestão EBSERH.

1.2.3.3 Depreciação e Amortização do imobilizado

É calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (Nota a – Contexto Operacional). O controle patrimonial e o cálculo da depreciação são realizados no SIG-Patrimônio e SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços, sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura – DAI.

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	30.09.2022	31.12.2021
Depreciação acumulada de Bens Móveis	(164.921.071,27)	(130.063.016,56)
Amortização acumulada de Bens Imóveis	(641.787,90)	(378.888,24)
Redução a Valor Recuperável Imobilizado	(5.992.920,05)	(6.060.015,72)
Total	(171.555.779,22)	(136.501.920,52)

1.2.4 Impairment de ativos não financeiros

Os valores apresentados correspondem à realização do teste de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos (avaliação quanto à desvalorização econômica) contidos nos grupos de bens móveis e intangível, realizado em 2018 (conforme o CPC 01).

Conforme Norma Operacional SEI nº 01/2021/DAI-EBSERH, para aplicação do teste de recuperabilidade a cada exercício será realizado um estudo de revisão da vida útil e verificação dos bens com indicação de impairment. A norma prever a aplicação de teste de recuperabilidade quando os bens indicados forem superiores a 5% do imobilizado. O percentual mínimo tem como objetivo aplicar o princípio do custo-benefício na contratação de Empresa especializada para aplicação dos testes sobre os bens que apresentaram indícios de impairment.

A norma Operacional prever obrigatoriamente a aplicação do teste de recuperabilidade, independente do percentual atingido, no interstício de quatro anos.

Considerando que a última aplicação geral do teste de recuperabilidade foi realizada em 2018, a próxima verificação geral, independente do percentual de representatividade, ocorrerá no exercício de 2022, conforme previsto no Art 23 da Norma Operacional - SEI nº 01/2021/DAI-EBSERH, de 25 de outubro de 2021 (19247720).

1.2.5 Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de software, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

Intangível	30.09.2022	31.12.2021
Softwares - Vida Útil definida	55.929.282,64	53.586.186,94
Softwares - Vida Útil Indefinida	2.318.396,20	1.048.788,16
Direito de Uso de Bens	42.722.746,50	99.222.614,19
Total	100.970.425,34	153.857.589,29
Amortização e Impairment de Intangível	30.09.2022	31.12.2021
Amortização Acumulada de Software	(18.634.900,64)	(14.255.260,53)
Redução ao Valor Recuperável - Software	(2.654.429,00)	(2.680.516,41)
Total	(21.289.329,64)	(16.935.776,94)
Total do Intangível	79.681.095,70	136.921.812,35

A conta Direto de Uso de Bens, de maior relevância no grupo, representa os bens com origem em contrato de arrendamentos, com vigência acima de 12 meses, registrados nos termos do CPC 06(R2).

O CPC 6 (R2) – Arrendamentos estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento, entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019.

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de Demonstrações Contábeis Intermediárias avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Desta forma, apresenta-se a composição dos direitos de uso referente a “Contratos de Arrendamento”, registrados a valor presente Intangível, segregado dos bens próprios da EBSEH:

A redução no saldo total dos contratos deve-se a amortização/execução de meses de vigência contratual bem como a atualização a valor presente.

O CPC 04 (R1) – Ativo Intangível orienta que a contabilização de ativo intangível se baseia na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

1.2.5.1 Contrato de Arrendamento

O CPC 6 (R2) Arrendamentos estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento, entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019.

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de Demonstrações Contábeis Intermediárias avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A conta Direto de Uso de Bens representa os bens com origem em contrato de arrendamentos, com vigência acima de 12 meses, registrados nos ternos da norma contábil.

2. Passivo

São os valores de obrigações que a EBSEH tem com terceiros, tais como fornecedores ou com empregados, são conhecidos ou calculáveis, e quando aplicável, podem ser acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São demonstrados em ordem decrescente de exigibilidade.

2.1 Passivo Circulante

Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. É composto pelos subgrupos e respectivas contas contábeis demonstradas no Balanço Patrimonial:

2.1.1 Obrigações Trabalhistas a Pagar

O grupo “Obrigações Trabalhistas” compreende as obrigações com folha de pessoal apropriada pelo regime de competência.

Obrigações Trabalhistas a Pagar	30.09.2022	31.12.2021
Salários, Remunerações e benefícios a pagar	224.984.978,51	264.102.141,36
Décimo Terceiro Salário a pagar	288.462.247,14	0,00
Férias a pagar	430.317.759,00	438.373.720,45
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.794.811,20	4.782.894,58
FGTS	24.016.072,74	26.525.442,44
INSS-Contrib.s/salários e remuneração	77.602.571,30	0,00
Total	1.050.178.439,89	733.784.198,83

- Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar** - Inclui as obrigações com folha de pessoal apropriada pelo regime de competência. Ressalta-se que o recurso financeiro referente a esta obrigação se encontra assegurado no ativo, conta Caixa Limite de Caixa com Vinculação de Pagamento Ordem de Pagamento.
- Décimo Terceiro Salário a pagar** - Apropriação de proporcional de décimo terceiro sobre a folha. O valor deverá ser quitado em dezembro. A apropriação proporcional é registrada mensalmente conforme cálculo da Diretoria de Gestão de Pessoas.
- Férias a Pagar** - É registrada com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, incluindo o proporcional de férias, o Abono Constitucional de 1/3 de férias, os encargos patronais (20% INSS + Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ajustado, que é um valor variável, e encargos com o Sistema “S”).
- Benefícios Assistenciais a Pagar** – Registra as obrigações relativas aos benefícios assistenciais concedidos diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSEH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho, liquidados e ainda não pagos. O passivo normalmente é pago no primeiro dia útil do mês seguinte.
- FGTS** - Registra os valores relativos a título de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – incidentes sobre salários e remunerações de pessoal. O saldo refere-se à contribuição patronal da competência de 09/2022. Normalmente o pagamento é realizado no mês seguinte, observado a data de vencimento do tributo.
- INSS-Contrib.s/ Salários e Remuneração** – Registra os valores relativos as contribuições a previdência social, incidentes sobre salários e remunerações pagos, conforme agenda da Receita Federal.

2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	30.09.2022	31.12.2021
Contas a pagar credores nacionais	96.545.574,14	58.479.165,65
Total	96.545.574,14	58.479.165,65

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, classificadas como passivos circulantes. São reconhecidos tanto os valores das Notas Fiscais quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes que resultarão em futura execução financeira. Os valores de fornecedores a pagar tende a aumentar no início do exercício e reduzir quando do fechamento anual.

2.1.3 Retenções de Impostos, Contribuições e Outras Retenções

Retenções, Impostos, Contribuições e Outras Reten.	30.09.2022	31.12.2021
Retenções Previdenciária - RGPS	30.168.051,36	26.365.434,66
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	12.214,65	41.593,09
Impostos e Contrib. Diversos Devido	3.149.033,64	1.160.340,97
ISS	709.282,63	241.635,25
Pensão Alimentícia	483.430,66	505.924,31
Outros depósitos de pessoal a pagar	18.583,41	8.690.281,40
Taxa pela Prestação de Serviços	229,50	51,94
Total	34.540.825,85	37.005.261,62

- Retenções Previdenciárias – RGPS** – Registra o valor a recolher das retenções dos segurados da folha de pagamento, de serviços de terceiros, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS
- IRRF Devido ao Tesouro Nacional** - Registra os valores a recolher referentes às retenções na fonte do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o IRRF, devido ao Tesouro Nacional.
- Impostos e Contribuições diversos Devidos** - Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos (IR – Imposto de Renda, CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS/PASEP - Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.
- ISS** - Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstâncias ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações que a entidade como parte contratante, atue como substituta tributária.

- e) **Pensão Alimentícia** – Representa os valores que a EBSERH retém dos funcionários que são obrigados a pagar pensão a dependentes. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da Empresa repassar os valores a quem é de direito.
- f) **Outros depósitos de pessoal a pagar** – Valores referente a salários a pagar proveniente de devolução bancária. Os valores ficam em conta de retenção para posterior reapresentação ao banco.
- g) **Taxa de Prestação de Serviços** - Valores a pagar decorrente de taxas para licenciamento de veículo.

2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo

Obrigações Transitórias a Curto Prazo	30.09.2022	31.12.2021
Financiamento por Arrendamento Financeiro	23.812.576,85	44.981.860,06
Planos de Previdência e Assistência	253.304,69	294.827,33
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	17.194.104,54	14.881.471,92
Depósitos Retidos de Fornecedores	5.262.611,64	1.805.171,47
Depósitos Retidos pessoal/benefícios	1.324.694,50	1.195.958,78
Glosa de Encargos Trabalhistas	521.721,79	518.978,16
Retenções-Entidades Representativa	384.720,35	366.616,79
Indenizações, Restituições e compensações	171.610,01	233.282,63
Diárias a Pagar	121.163,95	8.282,06
Depósitos e Cauções Recebidos	2.418.601,97	1.935.093,61
Depósitos de Terceiros	3.312.728,65	3.312.728,65
Convênios e Instrumentos Congêneres Devol.	-	175.063,08
Incentivos A Educação, Cultura E O	43.278,48	0,00
Gru-Valores Em Transito Para Estor	392,81	0,00
Ordens Bancarias Canceladas	698,04	0,00
Saque -Cartão de Pagamento do Governo	83.030,21	0,00
Fatura - Cartão de Pagamento do Governo	169.682,44	463,39
Outros Credores a Curto Prazo	134.343,62	123.903,49
Obrigações com entidades estaduais	12.071,82	154.046,60
Obrigações com Entidades Municipais	-	32.619,54
Outros Consignatários	80.870,05	66.646,47
Total	55.302.206,41	70.087.014,03

- a) **Financiamento por Arrendamento Financeiro** - Reconhecimento de passivo circulante com origem em contratos de arrendamentos registrados no ativo. Ver nota 1.2.5.1
- b) **Planos de Previdência e Assistência** – Representa os valores que os empregados autorizam a EBSERH a reter e repassar a entidades de previdência e assistência complementares.
- c) **Retenções – Empréstimos e Financiamentos** – Trata-se dos valores retidos em folha em relação a empréstimos consignados dos funcionários. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da Empresa repassá-lo a instituições financeiras.

- d) **Depósitos Retidos de Fornecedores** – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações.
- e) **Depósitos Retidos Pessoal/Benefícios** - Registra os valores de obrigações, exigíveis até o curso do exercício seguinte, decorrentes de depósitos recebidos/retidos de pessoal ou benefícios a pagar para posterior destinação.
- f) **Glosa de Encargos Trabalhista** - Registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias, 13º salário e multa rescisória, nos casos de dispensa sem justa causa. Base legal: Resolução CNJ 98/2009. O valor é recolhido em conta vinculada ao respectivo contratante.
- g) **Retenções – Entidades Representativas** - Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento de pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições representativas de classe.
- h) **Indenizações, Restituições e Compensações** - Registra as obrigações relativas à indenizações, restituições e compensações.
- i) **Diárias a pagar** – Valores a pagar aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para fazer face a despesas com passagem aérea e/ou terrestre, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.
- j) **Depósitos de Terceiros e Cauções Recebidos** – Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.
- k) **Convênios e instrumentos congêneres devolvidos** - Compreende os valores devolvidos referentes a convênios e instrumentos congêneres que aguardam a reclassificação do documento de arrecadação.
- l) **Incentivo à Educação/Cultura** - registra as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.
- m) **GRU – Valores em Trânsito** - Registro OS valores de Recebido por GRU a título de estorno de despesa.
- n) **Ordem Bancária Cancelada** - Registros de Ordens Bancárias canceladas após remessa de relação ao banco.
- o) **Saque/Fatura– Cartão de Pagamento do Governo e Fatura – Cartão de Pagamento do Governo** – Registra os valores referentes as despesas com suprimento de fundos, pendentes de saque com uso do cartão de pagamento do Governo Federal.
- p) **Obrigações com Entidades Federais/Estaduais/Municipais** – Registra os valores exigíveis a curto prazo, decorrentes de reembolso de despesa de pessoal cedidos à EBSERH.
- q) **Outros credores a curto prazo** - registra os valores exigíveis a curto prazo, decorrentes de recursos obtidos junto a diversos credores, para os quais não haja contas específicas neste plano de conta.
- r) **Outros Consignatários** – Consignações retidos pela entidade sujeitos a recolhimentos ou pagamentos aos favorecidos.

2.1.5 Subvenções a Realizar

Subvenções de Custeio SUS a Realizar	30.09.2022	31.12.2021
Subvenções de Custeio SUS a Aplicar	1.170.528.831,57	889.671.915,57
Total	1.170.528.831,57	889.671.915,57

Representa os recursos disponíveis para aplicação no custeio SUS dos Hospitais; Compõe-se do saldo da previsão orçamentária aplicar no valor de R\$ 643.460.896,58 somado ao saldo de disponibilidade orçamentária de Restos a Pagar inscrito em 2022, no valor de R\$ 145.771.908,43 somados a disponibilidade de crédito extraordinário para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no valor de R\$6.990.440,42, somados ao saldo de estoque a ser utilizado na prestação de serviços no âmbito do SUS, no valor de R\$ 374.305.589,14. O registro das subvenções a aplicar busca alcançar um equilíbrio entre os recursos recebidos ou a receber, que geraram receita no momento dos registros, e serão obrigatoriamente aplicados no custeio das atividades dos hospitais da EBSEH gerando despesas quando de sua aplicação.

A Subvenção de Custeio SUS a Realizar tem como base técnica o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e Nota Técnica SEI: NOTA No 21/2019/SC/CCF/DOF-EBSEH, Processo no 23477.005266/2019-66 (documento SEI no 1678224).

A base de cálculo para registro e atualização da Subvenção de Custeio SUS a Realizar é fornecida pelos Serviços de Gestão Financeira, Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e Serviço de Planejamento Orçamentário, Subordinados a Diretoria de Orçamento e Finanças.

2.2 Contratos de Arrendamento a Pagar – Longo Prazo

Obrigações contratuais a pagar referente a contratos de locação bens imóveis, máquinas, utensílios e equipamentos classificados como contratos de arrendamentos como base na vigência do contrato, em conformidade com a NBC 06 (R 03). Maior detalhamento em nota 1.2.5, Direito de Uso bens.

Contratos de Arrendamento a Pagar	30.09.2022	31.12.2021
Financiamentos Internos por Arrendamentos Financeiros	18.910.169,65	54.240.754,13
Total	18.910.169,65	54.240.754,13

O saldo é atualizado conforme relatório de execução de contratos de arrendamento, emitido no sistema compras net e-contratos e parametrizado pela contabilidade, com base no CPC 06 (R2).

O saldo está atualizado a valor presente.

2.3 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis

Passivos Contingentes Prováveis	30.09.2022	31.12.2021
Provisão para indenização Trabalhista	243.132.661,69	225.268.752,13
Provisão para indenização Cível	35.753.586,17	33.572.317,19
Total	278.886.247,86	258.841.069,32

Passivos Contingentes Possíveis	30.09.2022	31.12.2021
Provisão para indenização Trabalhista	320.140.571,25	71.933.616,16
Provisão para indenização Cível	183.294.187,64	128.507.644,31
Total	503.434.758,89	200.441.260,47

Passivos Contingentes Remoto	30.09.2022	31.12.2021
Provisão para indenização Trabalhista	22.658.036,77	0,00
Provisão para indenização Cível	18.497.941,52	0,00
Total	41.155.978,29	200.441.260,47

As provisões de riscos fiscais e passivos contingentes estão relacionadas as ações judiciais vinculada aos seguintes temas:

Natureza Trabalhista Provável - Adicional de insalubridade. Majoração do Adicional de insalubridade. Horas extras. Férias em dobro. Desvio de função. Transferência;

Natureza Trabalhista Possível - Responsabilidade subsidiária. Verbas trabalhistas de terceirizados. Horas extras. Benefícios. Intervalos. Acidente de trabalho. Redução de jornada. Reintegração;

Natureza Cível Provável - Sanções administrativas. Questões relacionadas à concurso público, como pontuação de provas e títulos em concurso, nomeação e reclassificação. Acúmulo de vínculo. Erro médico. Realização de procedimento e serviços médicos. Danos materiais e morais. Teto salarial;

Natureza Cível Possível - Questões relacionadas a concurso público. Anulação do contrato de gestão da EBSEH com a Universidade. Residência médica. Erro médico. Acúmulo de vínculo. Licitação. Danos materiais e morais. Realização de serviço assistencial médico. Desvio de função de servidor. Teto salarial;

As provisões de contingências passivas, com vistas a atender ao regime de competência, são quantificadas por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos passados, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

A atualização das provisões de riscos fiscais encontra-se normatizada na Ordem de Serviço - SEI nº 1/2017/CONJUR/PRES, de 17 de outubro de 2017, sob a gestão da Consultoria Jurídica da EBSEH.

A Consultoria Jurídica da EBSEH, utiliza o seguinte método de análise do prognóstico das ações judiciais:

Provável: “Ação que há maior probabilidade de a EBSERH perder. A demanda será classificada como “provável” quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da Empresa”;

Possível: “A chance de perder é menor que provável. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não houver decisão judicial, mas é possível que ela venha a ser contrária aos interesses da Empresa”.

Remota: “Pequena chance de a EBSERH perder. A demanda será classificada como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da Empresa ou obrigação já tenha sido devidamente cumprida”.

Entende-se que a metodologia adotada pela Consultoria Jurídica atende o estabelecido pela norma contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por sua vez reflexos do IAS 38 (IFRS).

Quanto à obrigatoriedade de divulgação, o normativo CPC 25 descreve que para as classificações “Prováveis”, são necessários, o registro e a divulgação no Balanço Patrimonial. Para a classificação “Possível” é devida à publicação em nota explicativa. A classificação Remota não possui exigência de divulgação.

2.4 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, Prejuízos Acumulados, Ajuste de Avaliação Patrimonial e Prejuízos Acumulados. O Capital Social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da EBSERH, mais valores de AFAC integralizados, sendo totalmente pertencente à União.

Patrimônio Líquido	30.09.2022	31.12.2021
Capital Social	681.560.045,66	562.503.264,72
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	176.613.618,36	133.905.374,31
Prejuízos Acumulados	(988.870.321,93)	(747.651.643,12)
Total	(130.696.657,91)	(51.243.004,09)

Em uma análise técnica o Patrimônio Líquido negativo indica que a soma das obrigações da entidade supera a soma de seus ativos. Pelo fato de a EBSERH ser uma Empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado na nota 3.3.18, ela não tem objetivo de auferir lucros. Dessa forma os constantes resultados negativos, ocasionados pelos registros de despesas com base no fato gerador (regime da competência), contribuí para a ocorrência do Patrimônio Líquido negativo, situação que se repetiu nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021. A situação não se repetiu nos períodos de 2013, 2014 e 2020. Períodos em que houve considerável aporte financeiro combinado com apuração de resultado positivo ou pequeno prejuízo.

Ressalta-se que mesmo com o Patrimônio Líquido negativo não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e sempre que necessário o governo federal realiza os aportes financeiros para quitar as obrigações com terceiros e colaboradores.

2.4.1 Capital Social

É composto pelo valor inicial de R\$ 5.000.000,00, mais integralizações de AFAC, com capital exclusivo da União e a integralizações de AFAC aprovadas em AGE-Assembleia Geral Extraordinária.

Capital Social	DATA	30.09.2022
Capital Social Inicial - Registro SIAFI - 2012RA000001	2012	5.000.000,00
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 7050134	2020	376.684.237,75
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 16116306	2021	181.119.026,97
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 23641075	2022	119.056.780,94
Total		681.860.045,66

Desta forma, o Capital Social da EBSEH registrado na Junta Comercial do Distrito Federal - JCDF, atualizado na Receita Federal do Brasil - RFB, até o fechamento do trimestre, é de R\$ 681.860.045,66.

2.4.2 Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital -AFAC

Considerando a orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT e Coordenação-Geral de Participações Societárias - COPAR (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal a partir de 2017, destinado a investimentos estão registrados na conta AFAC, no Patrimônio Líquido.

Considerando o saldo de AFAC de 2021, EBSEH integralizou ao capital social R\$119.056.780,94, restando um saldo residual R\$14.848.593,37. No exercício de 2022 houve o recebimento de R\$ 161.765.024,99 de aporte financeiro a título de AFAC, que somado ao valor não integralizado (residual de 2021) totaliza-se no valor de R\$ 176.613.618,36. Representa o aporte financeiro recebido para fins de investimento que aguarda processo de integralização ao Capital Social.

2.4.3 Prejuízos Acumulados

O resultado acumulado é composto pelo somatório das contas “Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores”, “Ajustes de Exercícios Anteriores” e “Resultado do Exercício”

Prejuízos Acumulados	30.09.2022	31.12.2021
Prejuizos Acumulados de Exer. Anteriores	(747.651.643,12)	(529.544.354,02)
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.024.553,66	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	(709.514,12)	0,00
Resultado do Exercício	(245.533.718,35)	(218.107.289,10)
Total	(988.870.321,93)	(747.651.643,12)

- a) **Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores** – O saldo negativo é reflexo do cumprimento da finalidade da Empresa, conforme a Lei nº 12.550/2021:

Art. 3º A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

Impactam também no resultado negativo as provisões de pessoal, de riscos fiscais prováveis, depreciações e amortizações e outras despesas registradas pelo regime de competência.

Representa o somatório de resultados negativos apurados pela Empresa, desde o exercício de 2014.

- b) **Ajustes de Exercícios Anteriores** - Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Trata-se de despesas que incorridas no exercício anterior e que por determinação da entidade o reconhecimento foi realizado pós-encerramento do exercício.

Em 2022, o saldo final tem como justificativa o reconhecimento de despesa com fornecedores de bens e serviços tendo como fato gerador operações realizadas em anos anteriores, bem como a reclassificação de saldos de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Até o final do exercício será realizado análise para registro extemporâneo e a possibilidade de reclassificação para registro na competência de 2022.

- c) **Resultado do Período** – Representa o confronto de Receitas e Despesa, ganhos e perdas em um determinado período. O resultado aponta que, no período, as receitas e ganhos não foram suficientes para suportar as despesas e perdas apropriadas, apurando-se um prejuízo no período.

3. Demonstração do Resultado

A EBSERH, integrante do Orçamento Geral da União, recebe todos os seus repasses previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme demonstrado abaixo:

3.1 Receita Bruta de Serviços

Corresponde à receita auferida com a atividade desenvolvida pela entidade. No caso concreto da EBSERH a Receita Bruta tem origem no recebimento de financeiro, por intermédio de Guia de Recolhimento da União –

GRU, e apropriações de direitos a receber, registrados a partir da prestação de Serviços de Saúde no âmbito do SUS, e outros serviços:

3.1.1 Receita de Serviços e Exploração

Receita Bruta	30.09.2022	30.09.2021
Valor Bruto Exploracao Bens, Direitos e Serviço	78.931.970,01	99.206.690,40

São Receitas de Serviços e Exploração Patrimonial recebidos por meio de GRU ou apropriados a receber. Os recursos recebidos têm como contrapartida à prestação de serviço com fornecimento de alimentação nos refeitórios dos Hospitais Universitários bem como a concessão de espaços e patrimônio a terceiros, e outras receitas.

3.2 Custos dos Serviços Prestados

Considerando tratar-se de prestação de serviços, não há lapso temporal entre a atenção à saúde e o direito ao faturamento SUS. Os custos se transformam em despesas no próprio momento de sua ocorrência. Para a informação gerencial, na Demonstração do Resultado, referente àquelas despesas que se relacionam mais diretamente às receitas da contratualização SUS, ainda está em análise, na EBSERH, o sistema de gerenciamento de custos.

3.3 Despesas Operacionais

São as despesas apropriadas na operacionalização dos serviços de atenção à saúde, com foco no atendimento ao paciente nos hospitais universitários.

3.3.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios

A maior parte das despesas da EBSERH é com pessoal, encargos e benefícios a pessoal. A despesa com gestão de pessoas representa 67% de toda a despesa da Empresa.

Executada de forma centralizada na Matriz, a despesa de pessoal atende a gestão de pessoas das 39 filiais e da Sede administrativa.

Veja abaixo o detalhamento da despesa de pessoal, encargos e benefícios nos quadros abaixo:

3.3.2 Remuneração a Pessoal

Remuneração a Pessoal	30.09.2022	30.09.2021
Vencimentos E Salários	2.119.234.842,30	2.132.763.707,94
Abonos	0,00	1.502,24
Adicionais	409.930.396,49	441.605.749,79
Gratificações	134.429.177,72	129.158.620,66
Férias	42.042.709,30	82.580.973,23
13. Salário - Rgps	289.976.602,82	291.837.917,46
Sentencas Judiciais - Ativo Civil	51.965.788,34	25.069.196,90
Total	3.047.579.516,97	3.103.017.668,22

3.3.3 Encargos Patronais

Encargos Patronais	30.09.2022	30.09.2021
Contribuicoes Previdenciarias	861.136.684,25	744.502.877,99
FGTS	226.302.772,23	228.238.569,39
Total	1.087.439.456,48	972.741.447,38

3.3.4 Benefícios a Pessoal

Em razão do advento da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), da necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal, e de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSERH, entende-se por “benefício” a vantagem *in natura* ou pecuniária, paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSERH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme estabelecido em normas internas, os benefícios espontâneos concedidos pela EBSERH são:

Benefícios a Pessoal	30.09.2022	30.09.2021
Auxílio Alimentação	179.580.841,57	185.537.444,57
Auxílio Transporte	5.587.902,09	5.099.133,75
Ajuda De Custo	56.436,57	0,00
Assistencia à Saúde	42.219.370,45	40.871.492,17
Auxílio Creche	20.117.363,42	19.885.290,52
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	1.668.406,42	1.223.630,90
Total	249.230.320,52	252.616.991,91

3.3.5 Outras Despesas com Pessoal e Encargos

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	30.09.2022	30.09.2021
Indenizações e Restituições Trabalhista	62.339.526,77	20.486.946,45
Pessoal Requisitado de Outros órgãos	663.193,49	455.464,34
Total	63.002.720,26	20.942.410,79

- a) **Indenizações e Restituições trabalhistas** – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual.

- b) **Pessoal Requisitado de outros órgãos** – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.

3.3.6 Uso de Material de Consumo

O consumo de materiais tem maior impacto nas naturezas de despesas de “Consumo de Material Farmacológico”, “Consumo de Material Hospitalar”, e “Consumo de Materiais Estocados”, visto que são matérias primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa, contém todos os tipos de despesas de bens de material de consumo do grupo.

Uso de Material de Consumo	30.09.2022	30.09.2021
Consumo de Materiais Estocados	420.385.420,79	444.553.899,15
Consumo de Softwares De Base	51.460,23	24.996,79
Consumo de Combustíveis E Lubrificantes	5.115.349,36	3.850.317,82
Consumo de Generos De Alimentação	12.087.972,82	11.343.129,72
Consumo de Material De Processamento de dados	1.138.000,02	656.830,55
Consumo de Material Farmacológico	205.861.380,33	196.080.651,27
Consumo de Material Hospitalar	186.080.631,25	187.749.880,56
Consumo de Material para Produção	25,62	-
Material de Consumo Imediato	18.114.437,86	16.313.071,53
Material de Carater Secreto ou Res	21.815,62	-
Consumo De Outros Materiais	1.110.284,95	2.018.495,30
Distribuição de Material Gratuito	10.980,00	-
Perdas Involuntárias Com Estoques	12.945.299,91	10.274.423,57
Perdas Involuntárias Com Softwares	62.333,32	-
Total	862.985.392,08	872.865.696,26

3.3.7 Serviços Tomados

Compreende as despesas provenientes da prestação de serviços fornecidos a entidade.

Serviços Tomados	30.09.2022	30.09.2021
Diárias , Serv. de Transp. Passagem e Hosp.	6.163.068,76	5.346.780,19
Serviços Técnicos, de Apoio Adm. e Operacional	887.958.354,49	769.383.683,36
Serviços Educacionais e Culturais	3.095.728,35	2.032.466,96
Sentenças judiciais - Serviços de Terceiros	1.040.282,14	896.003,86
Serviços de Comunicação, Gráfico e Audiovisual	8.266.013,75	2.553.067,65
Serv. Água e Esgoto, Ener.Eletr., Gás	109.117.321,03	95.161.308,53
Fornecimento de Alimentação	58.777.325,41	48.686.561,62
Locação e arrendamento mercantil	31.733.686,02	30.037.257,08
Total	1.106.151.779,95	954.097.129,25

- a) **Diárias, Serv. De Transp. Passagem e Hospedagem** – Registra a despesa com utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, e despesas com passagem aérea e/ou terrestre, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.
- b) **Serviços técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional** – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da EBSEH. O Aumento da despesa decorre da atualização monetária prevista nos contratos vigentes e a manutenção dos serviços necessários para a gestão HU-EBSEH.
- c) **Serviços educacionais e culturais** - Registra as despesas provenientes da utilização de serviços de conferências, exposições, espetáculos e estagiários. Ressarcimento de percentual de mensalidade de cursos tais como: graduação, pós-graduação e língua estrangeira. Registra, também, o auxílio transporte concedido aos estagiários e as despesas com concurso público para recrutar empregados.
- d) **Sentenças judiciais** – Serviços de Terceiros – Valores pagos a título de custas processuais.
- e) **Serviços comunicação, gráficos e audiovisuais** – Em sua grande parte, Despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.
- f) **Serviços água e esgoto, energia elétrica e gás** – representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, gás e tratamento de esgoto.
- g) **Fornecimento de alimentação** – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio. Considerando o aumento da despesa no exercício, apresenta-se o detalhamento por unidade Executora.
- h) **Locação/Arrendamento** - Registra-se o impacto da despesa com contratos classificados como arrendamento. São despesa de locação de bens móveis (equipamentos, máquinas e aparelhos) e imóveis no âmbito da EBSEH.

3.3.8 Depreciação, Amortização e Impairment

Depreciação, Amortização e Impairment	30.09.2022	30.09.2021
Depreciação de Bens Móveis	35.614.564,53	26.451.592,41
Amortização de Intangível	4.357.035,13	4.425.419,15
Amortização de Imobilizado	240.964,24	92.319,28
Redução a valor recuperável	4.769,43	0,00
Total	40.217.333,33	30.969.330,84

A depreciação e amortização representam a perda de valor de um imobilizado/intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. A variação positiva da depreciação decorre do aumento patrimonial e a depreciação linear do ativo imobilizado e intangível.

3.3.9 Perdas Involuntárias e Desfazimentos

Perdas Involuntárias e Desfazimentos	30.09.2022	30.09.2021
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	22.818.084,58	1.016.499,57
Total	22.818.084,58	1.016.499,57

Registra as perdas de material de consumo e o desfazimento físico involuntário de bens móveis, como o que resulta de sinistros, extravio ou outras formas de perdas e até regularização devido a registro de entrada de bens em duplicidade.

A variação entre os períodos em análise refere-se a registros de perdas e desfazimentos, no período no total R\$ 6.312.821,62; e aos efeitos das movimentações devedoras na conta 1.2.3.1.1.99.07 de Bens Não Localizados, registrados no SIAFI, com origem em processo de inventário de bens, na ordem R\$ 16.505.262,96;

Conforme item b, da nota explicativa 6.2, os bens não localizados não devem ser considerando para fins de publicação de balanço contábil, pois perdem os requisitos para reconhecimento quando não se tem a efidência física e o controle do bem.

Dessa forma, para que a Empresa não apresente o Balanço Patrimonial com conta de Bens Não Localizados, existente no SIAFI, deduzimos o saldo nas Demonstrações Contábeis Consolidadas Intermediárias, e registramos as variações patrimoniais em contas de resultados (ver nota explicativa 6.2).

Na ocorrência de evidenciação de bens não localizados, com base no movimento devedor da conta 1.2.3.1.1.99.07 Bens Não Localizados, no SIAFI, registra-se uma perda na consta de variação patrimonial diminutiva 3.6.3.1.1.01.00 (ver nota 6.5.2).

Na ocorrência de bem localizado nos processo de inventário, com base no movimento credor da conta 1.2.3.1.1.99.07 Bens Não Localizados, no SIAFI, registra-se um ganho na conta de variação patrimonial aumentativa 4.6.3.9.2.01.00. Verifica-se o registro de R\$ 17.026.050,31 de receita desta natureza no período de nove meses (ver nota explicativa 6.5.2).

Por fim, conclui-se que 71% do saldo não tem relação com perda. Trata-se de movimentações credoras e devedoras na conta de Bens Não Localizados, geradas pelos processos de inventários de bens móveis.

Em 2022, as movimentações credoras e devedoras tornaram se relevantes devido aos registros automatizados gerados pelo SIADS, Sistema Integrado de Administração de Serviços, o qual é processado os relatórios de inventários de bens móveis da EBSEH.

3.3.10 Contingências Para Riscos Fiscais

Provisões de Riscos Fiscais	30.09.2022	30.09.2021
VPD de Prov. P/ Riscos Trabalhista	37.995.630,05	1.880.677,33
VPD de Prov. P/ Riscos Cíveis	10.604.519,97	0,00
Total	48.600.150,02	1.880.677,33

Os detalhes referentes aos critérios de reconhecimento mensuração e controle das provisões de riscos ficam compõe a nota 2.3.

3.3.11 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	30.09.2022	30.09.2021
Contribuição p/ Serviço Iluminação	390.809,58	150.811,71
Obrigações Patronais s/ Serviços	130,00	3540,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Ter. Urbano	251.375,78	268.648,84
Imposto sobre Propriedade de Veículo	9.132,74	4.097,44
Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza	262,22	0,00
Imposto de Renda	0,00	157.373,20
Imposto Sobre Operações Financeiras	564374,09	1.794,06
Taxas	528.153,04	366.912,05
Outras Contribuições	177,56	3.026,24
Total	1.744.415,01	956.203,54

- a) **Taxas** – Despesa com Taxa de limpeza pública, fiscalização e funcionamento, alvarás de funcionamento, fiscalização sanitária, análise de projetos e outras taxas.
- b) **IPTU** – Apropriação da despesa de imposto sobre a propriedade predial e territorial Urbano.
- c) **IPVA** – Apropriação de despesa com imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- d) **Obrigações Patronais s/Serviços** - Apropriação de imposto patronal de pessoa física.
- e) **Contribuição p/Serviço de Iluminação pública** – apropriação de despesa de contribuição de iluminação pública.
- f) **Imposto de Renda** – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior (pagamento no exterior).
- g) **Imposto sobre Operações Financeiras** – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior (pagamento no exterior).

3.3.12 Outras Despesas Operacionais

Outras Despesas Operacionais	30.09.2022	30.09.2021
Bolsa de estudos no país	631.273,90	702.091,91
Indenizações	2.690.637,59	1.601.556,49
Restituições	67.847,97	564.300,00
Contribuições	13.053,62	0,00
Total	3.402.813,08	2.867.948,40

- a) **Bolsa de estudos no país e Auxílio a Pesquisadores** - Auxílio financeiro a pesquisador e a estudante para desenvolvimento de projeto nos HU – Hospitais Universitários.
- b) **Indenizações** – Representam reembolsos a empregados por pagamentos de despesas da EBSEH, ressarcimentos de transporte mobiliário de empregados movimentado por interesse da Empresa e outros ressarcimentos.
- c) **Restituições** - Compreende pagamentos de reembolso de despesas e devolução de financeiro a parceiros para execução de termo de cooperação técnica.
- d) **Contribuições** - registra o valor utilizado para transferências correntes e de capital aos entes da federação e a entidades privadas sem fins lucrativos, exceto para os serviços essenciais de assistência social, médica e educacional. No caso concreto registrou-se a despesa com anuidade para filiação em instituição de pesquisa neonatais e despesa com entidades representativas de classe.

3.3.13 Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	30.09.2022	30.09.2021
Outros Juros E Encargos De Mora	3,51	-
Multas Administrativas	1.774.080,14	1.050.429,59
Total	1.774.083,65	1.050.429,59

- a) **Multas Administrativas** – Representa a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.
- b) **Outros juros e encargos de mora** - Registra os juros e multas com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação.

3.3.14 Despesas Financeiras

Despesas Financeiras	30.09.2022	30.09.2021
Multas	2.185.967,84	205.962,65
Juros	33.812,16	52.506,21
Encargo Financeiros	20.282,35	49.157,93
Total	2.240.062,35	307.626,79

- a) **Encargos Financeiros** - refere-se à descontos financeiros concedidos em recebimento de GRU – Guia de recolhimento da União.
- b) **Multas e Juros** - Os pagamentos de multas e juros estão relacionados aos atrasos no recolhimento de tributos retidos, e Multas Administrativas originárias de autuação dos órgãos de fiscalização e controle, em especial o MTE. Registram também as despesas com multas administrativas por descumprimento de obrigação com fornecedores.

3.3.15 Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional

Representa o confronto da Receita operacional com as despesas operacionais do período. Verifica-se um déficit de receita operacional na ordem de R\$ 6.4 bilhão.

3.3.16 Subvenção do Tesouro Nacional

A EBSEH recebeu o montante de R\$ 6.2 bilhões a título de Subvenção. As subvenções representam 98% dos recursos recebidos pela EBSEH.

As receitas advindas das subvenções governamentais, registradas em conformidade com CPC 07 (R1) – IAS 20, são receitas advindas da política pública do MEC e da União e até de outros entes governamentais para manutenção e desenvolvimento dos Hospitais Universitários Federais sob a gestão da EBSEH. A Subvenções tem como objetivo principal cobrir os gastos com despesa de pessoal, encargos patronais e benefícios pagos a empregados. A Subvenção SUS são recurso recebidos no FNS para subvencionar os serviços prestados à sociedade no âmbito do SUS.

Receita de Subvenções	30.09.2022	30.09.2021
Subvenção do Tesouro Nacional	4.904.814.645,88	4.773.794.909,92
Subvenção de Custeio SUS	1.304.357.626,74	1.247.187.296,32
Total	6.209.172.272,62	6.020.982.206,24

3.3.17 Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda

Não será apurado a CSLL e o IRPJ em razão do resultado apresentado ser negativo.

3.3.18 Resultado do Período

A demonstração do resultado evidencia o que é apurado pelo confronto das receitas e despesas no período. O resultado é o somatório das receitas de serviços e exploração de patrimônio, aplicações financeiras, receitas de subvenções oriundas do Orçamento Geral da União e Subvenções do FNS deduzindo-se as despesas operacionais, tais como pessoal, diárias, assessoria, aluguéis, serviços de terceiros, despesas patrimoniais, provisões de pessoal, passivos etc.

O prejuízo apurado no período destaca o caráter de “empresa pública dependente que tem a EBSEH”. Destaca sua característica assistencial, sem objetivo de obtenção de lucro.

Em caso de apuração de resultado positivo a EBSEH estará obrigada a recolher imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O pagamento desses tributos sobre eventuais lucros significará a retirada de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, orçamento este que já é deficitário.

3.3.19 Ativo Fiscal Diferido

Conforme o CPC 32 (R4) – Tributos Sobre o Lucro, Ativo Fiscal Diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado à: (a) diferenças temporárias dedutíveis; (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Segundo a norma acima mencionada, o ativo fiscal diferido seria objeto de reconhecimento depois de atendidas diversas condições, detalhadas no item 36 da referida norma:

A entidade deve considerar os seguintes critérios para avaliar a probabilidade de que haverá disponibilidade de lucro tributável, contra o qual os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados:

(a) se a entidade tem diferenças temporárias tributáveis suficientes relacionadas com a mesma autoridade tributária e a mesma entidade tributável que resultarão em valores tributáveis contra os quais os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados podem ser utilizados antes que expirem;

(b) se for provável que a entidade terá lucros tributáveis antes que os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados expirem;

(c) se os prejuízos fiscais não utilizados resultarem de causas identificáveis que são improváveis de ocorrer novamente; e

(d) se estiverem disponíveis para a entidade oportunidades de planejamento tributário (ver item 30) que criarão lucro tributável no período em que prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

Em vista da inexistência de oportunidade para a utilização da base de crédito negativa, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido.

4. Transações com Partes Relacionadas

Em consulta aos gestores da área de contratos, nos foi informado que a empresa não possui contratos (negócios) com partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da EBSERH, que são conceituadas conforme o item 9 do Pronunciamento CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis (neste Pronunciamento Técnico, tratada como “entidade que reporta a informação”).

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

(i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;

(ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou 3 CPC_05(R1)

(iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.....

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Em tempo, informa-se que está em curso a atualização da política de Partes Relacionadas da EBSERH para que a mesma esteja atualizada perante a norma contábil.

5. Informações Complementares

Remuneração pagas a empregados e administradores - De acordo com a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 28 de março de 11, apresentamos o quadro abaixo. Nos valores das remunerações, estão inclusos os adicionais fixos:

Valores das remunerações		
Administradores	2020	2021
Maior	30.999,53	28.674,57
Menor	2.940,53	2.719,99
Média	17.406,98	11.887,35

Empregados	2020	2021
Maior	18.200,20	18.200,67
Menor	2.254,85	2.254,85
Média	5.919,25	5.091,87

Em tempo, informamos que será implementado, até o final do exercício, a divulgação da remuneração do pessoal-chave da administração em conformidade ao que dispõe a NBC TG 05 (R3).

6. Conciliação Conforme Acórdão nº 2016/2006 – TCU

Em atenção ao Acórdão Nº 2016/2006 - TCU – Plenário deve-se promover a conciliação entre a contabilidade feita de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquela promovida conforme a Lei nº 4.320/1964, apresentadas pelas empresas estatais dependentes, abaixo quadro comparativo:

6.1 Considerações às Demonstrações Contábeis – Leis nos 6.404/1976 e 4.320/1964.

As considerações tem como objetivo justificar a desarmonia apurada entre as Demonstrações Contábeis Intermediárias apresentadas pela lei nº 4.320/1964 e as Demonstrações Contábeis Intermediárias em atendimento a legislação societária, Lei nº 6.404/1976.

Conciliação entre Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64 extraído do SIAFI

ATIVO	Lei 6.404/76 - BP		Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Circulante	1.768.628.147,16	1.347.106.009,14	1.867.211.915,56	1.514.493.730,21	(98.583.768,40)	167.387.721,07
Não Circulante	805.567.490,30	703.760.365,92	766.215.082,29	608.428.877,57	39.352.408,01	(95.331.488,35)
TOTAL DO ATIVO	2.574.195.637,46	2.050.866.375,06	2.633.426.997,85	2.122.922.607,78	(59.231.360,39)	72.056.232,72

PASSIVO	Lei 6.404/76 - BP		Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	30.09.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Circulante	2.407.095.877,86	1.789.027.555,70	2.368.742.669,74	1.352.621.063,62	38.353.208,12	(436.406.492,08)
Não Circulante	297.796.417,51	313.081.823,45	272.577.830,49	170.696.681,15	25.218.587,02	(142.385.142,30)
Patrimônio Líquido	(130.696.657,91)	(51.243.004,09)	(7.893.502,38)	599.604.863,01	(122.803.155,53)	650.847.867,10
TOTAL DO PASSIVO	2.574.195.637,46	2.050.866.375,06	2.633.426.997,85	2.122.922.607,78	(59.231.360,39)	72.056.232,72

PATRIMONIO LIQUIDO	Lei 6.404/76 - BP		Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Capital Social	681.560.045,66	562.503.264,72	681.560.045,66	562.503.264,72	119.056.780,94	0,00
AFAC	176.613.618,36	133.905.374,31	176.613.618,36	133.905.374,31	-	-
Ajuste de Aval. Patrim.	0,00	0,00	551.567,40	535.793,92	(551.567,40)	(535.793,92)
Prej. Acum. Ex. Anteriores	(747.651.643,12)	(529.544.354,02)	(97.339.569,94)	211.561.860,36	(650.312.073,18)	(741.106.214,38)
Ajuste. Ex. anteriores	4.315.039,54	0,00	4.299.266,06	(94.009.947,85)	15.773,48	(94.009.947,85)
Resultado do Exercício	(245.533.718,35)	(218.107.289,10)	(773.578.429,92)	(214.891.482,45)	528.044.711,57	3.215.806,65
Total	(130.696.657,91)	(51.243.004,09)	(7.893.502,38)	599.604.863,01	(122.818.929,01)	650.847.867,10

6.2 Considerações relacionadas ao Ativo

- a) **Adiantamento - Termo Execução Descentralizada – TED.** Deduziu-se do ativo nas Demonstrações Contábeis Intermediárias societária considerando, em nosso entendimento, não se trata de um direito capaz de gerar benefício econômico. A conta de Adiantamento de TED registrado nas Demonstrações Contábeis Intermediárias, processadas no SIAFI, tem como objetivo o controle de prestar contas. Por essa razão não foi considerado na elaboração do Demonstrativos Contábeis Societário;
- b) **Bens não localizados** – Deduziu-se do ativo o valor dos bens não localizados em processos de inventário físico. Entende-se que o imobilizado perde os requisitos para reconhecimento quando não se tem a efidência física e o controle do bem.
- c) **Direto de Uso de Bens** – O valor não foi registrado no SIAFI devido à dificuldade em operacionalizar os registros de compensação nas contas de ativo e passivo. Refere-se ao Controle de Contratos de Arrendamento. Veja maiores esclarecimentos sobre contrato de arrendamento em nota 1.2.3.3.

Ativo - Sistema Societário x Sistema SIAFI			
1.1.3.8.2.38.00	Adiantamento - TED	(98.583.768,40)	Registro de baixa nas Demonstrações Societária
1.2.3.1.1.99.07	Bens não Localizados	(3.370.338,49)	Registro de Baixa nas Demonstrações Societária
1.2.4.3.1.01.01	Direito de Uso de Bens Imóveis	42.722.746,50	Reconhecimento de direito Societário - Contrato de Arrendamento
Total		(59.231.360,39)	

6.3 Considerações relacionadas ao Passivo Circulante

- a) **Férias a pagar** – Após o fechamento do SIAFI constatou-se a necessidade de conciliação do saldo de férias a pagar nas Demonstrações Contábeis Intermediárias com os relatórios de gestão e controle. O valores serão atualizados no SIAFI dentro do exercício vigente.
- b) **Financiamentos internos por Arrendamento** – O valor não foi registrado no SIAFI devido à dificuldade em operacionalizar os registros de compensação nas contas de ativo e passivo. Refere-se ao Controle de Contratos de Arrendamento. Veja maiores esclarecimentos sobre contrato de arrendamento em nota 1.2.3.3 e 2.1.4.
- c) **Transferências Financeiras a Comprovar** – TED a Comprovar - TED. Deduziu-se no sistema societário os valores referentes a TED a comprovar. Em nosso entendimento não se trata de uma obrigação com dispêndio de recurso. Por essa razão, o valor não foi considerado na elaboração do Demonstrativos Contábeis societárias; Em tempo, informa-se que os saldos referentes a TED no SIAFI encontra em fase final de regularização. A EBSERH estuda a possibilidade de implementar os registro também no societário.

Passivo Circulante		Saldo	Sistema contábil
2.1.1.1.1.01.03	Férias a Pagar	30.470.886,74	Reconhecimento de Passivo nas Demonstrações Societárias
2.1.2.3.1.02.01	Financiamento internos por Arrendamento	23.812.576,85	Reconhecimento de Passivo nas Demonstrações Societárias
2.1.8.9.2.06.00	Transf. Financeiras a Comprovar - TED	(15.930.255,47)	Baixa de TED nos Demonstrações Societárias
Total		38.353.208,12	

6.4 Considerações relacionadas ao Passivo Não Circulante

- a) **Financiamentos Internos por Arrendamento** – o valor não foi registrado no SIAFI devido à dificuldade em operacionalizar os registros de compensação nas contas de ativo e passivo. Refere-se ao Controle de Contratos de Arrendamento. Veja maiores esclarecimentos sobre contrato de arrendamento em nota 1.2.3.3 e 2.1.4. O registro de contratos de arrendamento tem como objetivo cumprir o normativo contábil, em obediência à NBC TG 6 – Arrendamentos, conforme explicitado na nota 1.2.2.3 e 2.2. Dificuldades operacionais impedem o registro no SIAFI. Em tempo informa-se que está em curso a implementação dos registro nos SIAFI.
- b) **Provisionamento jurídico de passivos contingentes trabalhista e cíveis** - Após o fechamento do SIAFI constatou-se a necessidade de conciliação do saldo de férias a pagar nas Demonstrações Contábeis Intermediárias com os relatórios de gestão e controle. O valores serão atualizados no SIAFI dentro do exercício vigente.

Passivo Não Circulante		Saldo	Sistema contábil
2.2.2.3.1.02.00	Financiamento internos por Arrendamento	18.910.169,65	Reconhecimento de Passivo nas Demonstrações Societárias
2.2.7.1.1.01.00	Provisão para indenizações trabalhistas	1.847.387,68	Baixa de Passivo que perdeu a exigibilidade no sistema Societário
2.2.7.4.1.01.00	Provisão para indenizações cíveis	4.461.029,69	Reconhecimento de Passivo nas Demonstrações Societárias
Total		25.218.587,02	

6.5 Considerações relacionadas ao Patrimônio Líquido

A conciliação do Patrimônio Líquido demonstra o impacto do reconhecimento de receitas e despesas somente no SIAFI ou somente no sistema contábil societário em razão de limitações dos sistemas e aspectos técnico contábil.

Considerações Relacionadas ao Ajuste de Avaliação Patrimonial

No caso em concreto, o saldo trata-se de revisão de apropriação de depreciação e amortização aplicados em anos anteriores. No SIAFI o valor esta registrado como Ajuste de Avaliação Patrimonial, já no sistema contábil societário o valor foi reclassificado Ajuste de Exercícios Anteriores. A reclassificação segue orientações dos órgão supervisores. O saldo não foi reclassificado no SIAFI devido a dificuldades operacionais do sistema.

Patrimônio Líquido SIAFI x Societário		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
2.3.4.1.1.00.00	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Integralizado ao Resultado	(149.827,82)
2.3.4.1.2.00.00	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Integralizado ao Resultado	(385.966,10)
2.3.4.1.1.00.00	Ajuste de Avaliação Patrimonial -Reclassificado Ajuste de Exer. Anteriores	(15.773,48)
Total		(551.567,40)

- a) **Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores** –representa os prejuízos dos resultados de exercícios apurados desde a constituição da Empresa. A diferenças de R\$ 650,8 milhões entre os demonstrativos SIAFI e os Demonstrativos Societários está detalhado nas conciliações das Demonstrações Contábeis dos anos anteriores.

Prejuízos. Acum. Ex. Anteriores		
	Diferenças de Resultados e anteriores apurados em anos anteriores	(650.312.073,18)
Total		(650.312.073,18)

6.5.2 Considerações relacionadas ao Resultado do Exercício

O resultado do Período apurado no SIAFI diverge do resultado apurado no Societário. As diferenças tem como causa as dificuldades operacionais em efetivar alguns tipos de registros no SIAFI ou mesmo a inviabilidade de registros e retificações após o prazo de fechamento do sistema. Visto que o sistema contábil societário é mais flexível, quanto ao prazo de fechamento.

Apresenta-se os detalhes da conciliação do Resultado do Período. As contas impactadas estão listadas na tabela abaixo:

- a) São eliminados os efeitos das operações com Termo de Execução Descentralizada – TED no Sistema societário. Em nosso entendimento as operações com TED registradas nas contas de resultados são de certa forma inadequados, pois são meros registros de controles;
- b) Estorno de baixa de ativos Adiantamento de Férias e 13º Salário para conciliação de saldos entre os sistemas. Realizou-se também baixa de adiantamento de férias e 13º Salário e Salários e Ordenados com reflexo na conta de Variação Patrimonial Dminutiva.
- c) Reconhecimento de baixa de subvenções a pagar com contra partida na despesa, devido a baixa de estoque.
- d) Baixa de bens não localizados com impacto em contas de resultado;
- e) Dedução de Despesa (VPD) de riscos trabalhista e Cíveis reconhecidos no Societário em 2021 e no SIAFI em 2022.
- f) Baixa de apropriação de direitos e obrigações com contrapartida em contas de resultados após o fechamento do SIAFI.

Resultado do Exercício		
3.6.4.1.2.01.00	Baixa de Despesa de Comprovação de TED	(2.933.761,91)
3.6.5.1.2.01.00	Baixa de Despesa de Comprovação de TED	(111.230.369,38)
3.1.1.2.1.05.00	Estorno de Baixa de Adiant. de Férias (Sistema Societário 2021)	4.350.055,85
3.1.1.2.1.05.00	Estorno Férias a Pagar(Sistema Societário 2021)	(1.000.000,00)
3.1.1.2.1.05.00	Férias a Pagar - Societário 2022, após fechamento SIAFI	30.470.886,74
3.1.1.2.1.06.00	Estorno 13. SALARIO - RGPS (Sistema Societário 2021)	(9.452.532,57)
3.6.3.1.1.01.00	Apropriação de despesa com Bens não Localizados	16.505.262,96
3.9.7.1.1.01.00	Baixa Vpd de Prov. Para Riscos Trab. (Sistema Societário 2021)	(87.984.016,25)
3.9.7.4.1.01.00	Baixa Vpd de Prov. para Riscos Cíveis (Sistema Societário 2021)	(160.371,92)
3.9.7.1.1.01.00	Baixa Vpd de Prov. Para Riscos Trab. após fechamento SIAFI	1.847.387,68
3.9.7.4.1.01.00	Baixa Vpd de Prov. para Riscos Cíveis após fechamento SIAFI	4.461.029,69
3.9.9.9.1.01.00	VPD Decorrente de fatos Geradores - Subv. A Aplicar, societário 2021	(414.804.113,24)
4.6.3.9.2.01.00	Baixa de Receita Bens localizados	17.026.050,31
4.6.3.9.2.01.00	Baixa de Receita de TED	(47.528.893,43)
4.6.4.1.2.01.00	Baixa de Receita de TED	(11.382.987,66)
Total	Receitas Grupo 4 (-) Despesa Grupo 3	528.044.711,57
Total	Diferença do PL 2022 (Ajuste, Prejuízos e Res. Exercício)	(122.818.929,01)

Os registros realizados no sistema societário tem como objetivo apresentar Demonstrações Contábeis Intermediárias sob a primazia da essência sobre a forma a fim de retratar fielmente o resultado da Empresa e sua composição patrimonial. Entedemos que as divergências serão sanadas nos exercícios seguintes com a baixa das conta de controle (TED) e com a apuração dos resultados de todos os registros nos dois sistemas contábeis.

OSWALDO DE JESUS FERREIRA
 Presidente
 CPF 415.430.927-72

WASLEI JOSÉ DA SILVA
 Coordenador de Contabilidade e Finanças
 CPF 896.939.811-20

IARA FERREIRA PINHEIRO
 Diretora de Orçamento e Finanças

ALEX RODRIGUES BATISTA
 Chefe de Serviço de Contabilidade
 Contador CRC/DF 024898/O
 CPF 054.305.376-83